



12 ANOS DEPOIS

►► **Acusado de mandar matar juiz que fez várias denúncias contra desembargadores de Mato Grosso em 1999 fica livre da pena por homicídio, mas continua preso**

Jurados inocentam Josino

RAQUEL FERREIRA
DA REDAÇÃO

O empresário Josino Pereira Guimarães, 56, foi absolvido da acusação de mandante do assassinato do juiz Leopoldino Marques do Amaral. A decisão foi lida pelo juiz da 2ª Vara da Justiça Federal, Rafael Vasconcelos, por volta das 21h30, depois de 3 dias de julgamento. Porém, o anúncio extra-oficial do veredito foi feito pelo advogado de defesa João Cunha minutos antes. Mesmo inocentado pelo tribunal do júri, o réu continua preso pela condenação a 7 anos de reclusão e 2 anos de detenção por fraude processual (no processo que agora foi absolvido), quadrilha armada e violação de cadáver.

Por maioria dos votos, os jurados entenderam que Leopoldino foi morto com 2 tiros, Josino era o mandante e ainda assim afirmaram que o réu devia ser absolvido. A decisão foi considerada contraditória tanto para o procurador da República Douglas Santos Araújo, como para o advogado de defesa, Waldir Caldas.

Para o MPF, os jurados podem ter se equivocado no momento de responder a pergunta, porém a decisão é soberana e deve ser respeitada. A Procuradoria vai analisar se recorre.

O filho do magistrado assassinado, Leopoldo Gattass Amaral, afirmou que vai pedir ao MPF para encerrar a história, uma vez que a família não aguenta mais sofrer. Triste e abatido, destacou que não recebeu o resultado com surpresa. “Espero que um dia exista Justiça de verdade em Mato Grosso”.

A contradição dos jurados foi entendida por Caldas como uma possível compaixão com Josino que está sofrendo muito na cadeia. O advogado garante que vai entrar com pedido de liberdade hoje, para que Josino volte para casa.

Debate - O MPF iniciou o debate com a apresentação de uma ampla matéria divulgada pela imprensa, onde aparecem imagens de Leopoldino apontando Josino como corretor de sentenças de 9 magistrados, na época em que fez denúncia contra o Tribunal de Justiça de Mato Grosso. No mesmo vídeo o réu se defende, afirma acreditar que o magistrado está vivo e menciona que o sargento José Jesus de Freitas deve ter inventado a história sobre o encontro dos 2 para contar vantagem entre amigos.

Para o MPF, o sargento Jesus, que afirmou ter sido sondado por Josino para matar



Chico Ferreira

Empresário saiu da Justiça Federal pouco antes das 23h e voltou para Penitenciária Central do Estado; advogado entra hoje com pedido de liberdade

Leopoldino, é personagem principal da trama. O MPF citou várias passagens que comprovariam a ligação dos 2 e o procurador desejou que Jesus estivesse vivo para ouvir os comentários de Josino em relação a ele, classificado pelo réu como “facínora e pegajoso”.

O depoimento do sargento que relata o encontro com Josino em Chapada dos Guimarães foi lido pelo MPF, lembrando que Josino dirigia uma caminhonete preta, quando

chamou o pistoleiro para entrar no veículo. Dentro do carro comentou com Jesus sobre as denúncias feitas por Leopoldino e que estava incomodado com aquilo. “Quando quer contratar alguém para matar, você não põe anúncio no jornal. Vai direto no pistoleiro. Talvez a agenda de Jesus estava lotada”, ironizou o procurador.

Trajatória de vida - A procuradora da república Vanessa Scarmagnani destacou que ao analisar a trajetória de vida de Josino verificou que todas as vezes que ele era citado em algum procedimento judicial, o pai o livrava das situações, mandando-o viajar. Para ela, Josino teve todas as oportunidades de fazer o bem, mas viveu atolado em problemas e dando trabalho à família.

O MPF usou ainda as amizades do réu como referências pessoais. Entre as pessoas de relacionamento íntimo foram citados Valdir Piran (condenado por estelionato, extorsão e envolvido em cobranças violentas), José Osmar Borges (maior fraudador do caso Sudam), sargento Jesus (ex-policia militar, pistoleiro e cobrador truculento), João Arcanjo Ribeiro, o traficante Fernandinho Beira-Mar, entre outros.

A venda de sentenças em Mato Grosso também foi mencionada e a carta de Leopoldino denunciando as irregularidades do Tribunal de Justiça em 1999. “Não estou falando aqui que Leopoldino era paladino da verdade. A denúncia foi chumbo trocado”, disse o procurador.

Josino parava o carro na vaga de desembargador, segundo o MPF. Ele justificou a suposta regalia pelo fato de vender máquinas agrícolas aos magistrados do Estado. “Devo ser muito mau administrador de dinheiro. Eu ganho a mesma quantia que essas

Corpo de Leopoldino Marques do Amaral foi encontrado no dia 7 de setembro de 1999 no Paraguai; Josino foi indiciado em 2000 no 2º inquérito instaurado pela PF e até o final de 2010 tentava, com recursos, se livrar do júri que começou na terça-feira (29/11) e terminou por volta das 21h30 desta quinta-feira (01/12)

pessoas e não consigo ter um carro quitado”, comenta procurador sobre a comercialização de tratores entre desembargadores e Josino.

Beatriz Árias é citada como a pessoa que ajudou na armação da trama, levando o magistrado à morte. A arma do crime encontrada na casa de um dos familiares é uma das provas da sua participação. Ela foi condenada a 12 anos de prisão em 2001 e hoje está em liberdade condicional.

Ligação - Sobre a conexão entre Josino, Beatriz Árias e Marcos Peralta (tio da ex-escrevente que morreu sem ser julgado), o MPF argumentou que o réu e a condenada afirmaram não se conhecer, porém destaca que existiram várias citações sobre ofertas de pagamento pelo silêncio e ameaças entre as partes. Inclusive extorsões e ofertas de propinas recentes, citadas por Joamildo Barbosa, irmão de Beatriz, e pelo próprio Josino.

“A ligação de Josino e Beatriz não é só de ódio”, alegou o MPF citando o depoimento da mulher em uma situação favorável ao réu, em 2006, quando o testemunho da condenada foi indispensável para exumação do corpo do magistrado, autorizado pela Justiça Estadual.

O MPF destacou que as provas do crime de mando são diferentes, uma vez que não se dá recibo, nem assina contrato, cheque nominal ou fotografia. Defendeu que em crime de mando, uma série de indícios vale como provas.

Representantes do MPF afirmam que existem mais pessoas envolvidas na morte de Leopoldino e há um inquérito na PF apurando a situação, em segredo de Justiça.

Defesa - O advogado João Cunha começou falando que a morte de Leopoldino é um dos casos mais emblemáticos de Mato Grosso. Situação tão delicada motivou o Ministério da Justiça a determinar, na época, uma equipe especificamente para as investigações, segundo ele, uma equipe isenta. Por isso, o delegado José Pinto de Luna veio para o Estado apurar o caso, que rapidamente chegou aos executores, Beatriz Árias e Marcos Peralta, sem mandante. Depois, outro inquérito foi aberto e Josino indiciado.

Afirmou que por 11 anos Josino vive o martírio da acusação. Justificou a quantidade de interrupções durante os depoimentos e falas do MPF por entender que quem cala consente com a injustiça e inverdade. Classificou o processo como um amontoado de mentiras e desclassificou as testemunhas de acusação. Para ele, apesar de toda lama que Jesus e Beatriz tentaram jogar em Josino, nada foi provado contra ele.

No entendimento do advogado, Beatriz não apresentou nada de relevante e garantiu nunca ter existido qualquer ligação entre Josino e a mulher condenada pela co-autoria da morte de Leopoldino.

O advogado Waldir Caldas ressaltou que é necessário haver provas irrefutáveis nos autos para uma pessoa ser condenada. *(Leia mais na Página 3B)*



Otmar de Oliveira

Filho do magistrado afirmou que vai pedir ao MPF que não entre com recurso, uma vez que a família não aguenta mais sofrer